

Emenda dos 5 anos obtém maioria na Constituinte

Furando uma fila que já dobrava o corredor das comissões da Câmara, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), cercado de todo o estado-maior governista na Constituinte, oficializou a sua emenda que estabelece um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, assinado por 317 constituintes, 144 deles do PMDB. Já eram 19h40 — 40 minutos, portanto, além do prazo estabelecido pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para apresentação de emendas do projeto de Constituição, e ampliado à última hora para a meia-noite, por uma ordem oral sua aos funcionários responsáveis pelo recebimento das emendas. Neste exato momento, segundo o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA), o Centrão ainda estava em busca de mais duas assinaturas para completar o número de 290 necessárias para garantir a preferência automática ao seu projeto de Constituição.

Contra-ordens
O líder do PDT, Brandão Monteiro, e o vice-líder do PT, José Genoino, ainda tentaram impugnar a decisão do presidente da Constituinte. As 19h10, acenando com um ofício assinado por Ulysses Guimarães há menos de uma semana, fixando como horário final para a entrega de emendas às 17h00 de hoje, conseguiram convencer a funcionária a suspender a entrega de senhas às pessoas que a todo momento entravam na fila, até a decisão final do presidente. Cinco minutos depois, partiu uma contra-ordem, vinda do gabinete do Secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso: os funcionários estavam obrigados a receber normalmente as emendas que fossem

entregues até a meia-noite.

Brandão e Genoino saíram rumo ao gabinete de Ulysses, dispostos a convencê-lo de que não poderia ter mudado oralmente o prazo para entrega de emendas, quando existia um ofício anterior por escrito fixando-o. Enquanto esperavam, por mais de uma hora, serem atendidos pelo presidente, procuravam as assinaturas que faltavam. As 20h30, Ulysses recebeu os líderes, justificou-se dizendo que se curvava ao argumento de "alguns parlamentares", de que o dia 3 vai até a meia-noite, e manteve a sua decisão. Com um sorriso triunfal, ladeado pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, pelo líder do PFL, José Lourenço, e por figuras importantes do grupo Centro Democrático do PMDB, o deputado Matheus Iensen aceitou todos os pedidos dos repórteres para que posasse para as fotos e deu entrevistas.

Sant'Anna saiu rapidamente, mas deixou o deputado Marco Lima incumbido de acompanhar a verificação das assinaturas, e levar cópia de emenda para a liderança do Governo — onde, aliás, ficou centralizada a coleta das assinaturas, e onde se reuniram os parlamentares ligados à liderança para, durante toda a tarde, conferirem as assinaturas uma a uma.

Na entrada da sala onde as emendas foram recebidas, Iensen teve que pedir um último auxílio ao líder do Governo, antes de enfrentar os microfones dos repórteres de televisão: "Sant'Anna, quantas assinaturas tem mesmo?"

Menos requisitadas pelos repórteres, as lideranças do PT, do PDT e do PFL também fizeram a entrega de suas emendas.

Para líder, vitória é certa

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, foi ontem ao presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, mais uma vez informar sobre o andamento das coletas de assinaturas para a apresentação da emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) que propõe cinco anos de duração para o mandato do atual Presidente da República. Segundo informou, disse a Sarney que 300 assinaturas já estavam garantidas e voltou a afirmar que a proposta seria entregue com 310 assinaturas.

Com o número apresentado ontem oficialmente ao presidente Sarney, estão garantidos os cinco anos para o seu mandato, porque as assinaturas nesse documento, segundo Sant'Anna têm um peso de grande importância. Na interpretação do líder do Governo, "quem assinou a emenda é porque vai votar com ele". Também disse que informou ao presidente Sarney que, do total de 300 assinaturas, 155 são de peemedebistas.

Afirmou ainda que não acredita que possa surgir mais influência de governadores em favor dos quatro



Sant'Anna crê nos cinco anos

anos, porque os constituintes que são favoráveis a essa duração de mandato para Sarney não assinaram a emenda. "quem assinou é porque está com os cinco anos".

Pedro Ivo continua a favor

Florianópolis — O governador do Estado de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, disse ontem que continua favorável a um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ele não sabe ainda se irá à reunião dos governadores, em Belo Horizonte.

Para o governador a situação política hoje, no Brasil, é nebulosa e confusa. Impera a rebeldia em todos os partidos, há uma grande falta de sintonia, que sugere uma insegurança muito grande. Para Pedro Ivo, "precisamos de um projeto político". Ele entende que o ideal seria a bancada federal ter o mesmo posicionamento do gover-

nador, em solidariedade a sua postura política, mas sua posição também é de inteira liberdade.

Acha o governador que somente um mandato de cinco anos permitiria a estabilidade econômica, "suficiente para que os investimentos internacionais viessem até nós".

Quanto às divergências dentro do PMDB, disse Pedro Ivo que o partido sempre viveu com elas e sempre soube superá-las. Mas, é favorável à unidade do partido, para que este tenha mais vitalidade, aspirações comunitárias e que deve aprender a ser governo.

Mailson defende mandato

São Paulo — Se o Brasil conseguir uma negociação adequada da dívida externa, abrindo possibilidades para a aplicação de novos recursos no País e assegurando um horizonte de investimentos, a melhor solução política seria, a partir disso a permanência de José Sarney na Presidência da República por mais dois anos. Pelo menos, essa é a opinião do ministro da Fazenda Mailson da Nobrega que, após ter almoçado ontem, com o governador Orestes Quêrcia, no Palácio dos Bandeirantes, concedeu entrevista em que mencionou as medidas econômicas que pretende adotar e também falou de suas expectativas quanto aos destinos políticos do País.

Perguntado se a política econômica que pretende adotar poderia assegurar ao presidente Sarney um mandato de cinco anos, Mailson da Nobrega expressou sua opinião: "Como burocrata, não estou preparado para responder a uma questão tão complexa. Mas a minha opinião é a de que se mudarmos o clima de investimentos, se tudo isso se confirmar, tenho a impressão que a melhor solução para o Brasil seria a da permanência do Governo por mais dois anos".

Coesão

Isso porque, Mailson acha que essas "rótulas econômicas" só poderão ser obtidas se o País estiver enfrentando um clima de certeza e de tranquilidade política: "Com todas essas vitórias, não poderíamos criar nenhuma incerteza, nenhuma dificuldade, que seriam decor-

rentes de um processo eleitoral prematuro, que é o de eleições para Presidente. Acho que é fundamental, do ponto de vista da economia, se formos bem sucedidos em quebrar essas expectativas, um mandato de cinco anos".

No entanto, indagado se pretendia trabalhar de forma a garantir um mandato de cinco anos para Sarney, Mailson da Nobrega respondeu: "Defino-me como um profissional do serviço público, que aprende a ser disciplinado e a trabalhar em equipe. Acho que se o objetivo de todos é o desenvolvimento do Brasil, a criação de novos empregos, que protejam os trabalhadores, tenho a impressão que todos os esforços deverão ser feitos pelo Ministério da Fazenda. Mas o ministério não pode trabalhar sozinho e não pode ser amarelo dos outros setores. Deve existir uma coesão de Governo, com todos buscando o mesmo objetivo, qual seja, o desenvolvimento, a tranquilidade social e a estabilidade política".

Sobre a falta de credibilidade do Governo e ausência do apoio do PMDB a política econômica do Brasil, Mailson da Nobrega deixou claro que compete ao próprio Governo se fazer merecedor e conquistar essa credibilidade e apoio: "Por isso, este é o momento de se evitar promessas. O Governo, estamos certos, se fará merecedor do apoio da classe política com o esforço que faz no sentido de mostrar ao povo o seu trabalho e assim conquistar confiança e credibilidade".



Matheus Iensen, após obter 317 assinaturas, apresentou sua proposta à Secretaria Geral

Sarney duvida que históricos decidam romper com o Governo

A decisão dos Históricos do PMDB em romper com o Governo no ano em que se realizam as eleições municipais — base para a eleição presidencial — está sendo vista com ceticismo pelo presidente José Sarney. O Presidente prefere não se manifestar sobre o assunto e aguarda a reunião do diretório para o quadro e saber quais as perdas reais.

O Presidente crê que o partido não tem motivos fortes para promover o rompimento porque desde que o assumiu o Governo vem cumprindo o programa do PMDB. Além disso, Sarney entende que jamais se afastou dos compromissos da Aliança Democrática embora — na sua opinião — o PMDB jamais tenha correspondido a esta fidelidade, porque não ocupou a tribuna do Congresso para apoiar as decisões tomadas pelo Governo, entre elas a declaração da moratória, defendida por todos os Históricos do PMDB

Prefeito pretende quatro mil adesões

São Paulo — Os prefeitos dos mais de quatro mil municípios brasileiros serão convocados, por telegrama, a partir de hoje, para integrar o bloco dos que defendem um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Eles estão convidados a assinar, em conjunto, um documento de apoio à tese, depois de uma reunião nos dias seis e sete de fevereiro, em Garça, a 680 quilômetros da capital paulista.

O autor do convite aos colegas e idealizador da reunião é o prefeito de Garça, Júlio Marcondes de Moura, presidente da Associação dos Municípios do Centro-Oeste Paulista (Amcop), que, há um ano, encabeçou o mesmo movimento e que defende, até hoje, a realização de eleições presidenciais em 1989 e a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos por um ano, para que os dois pleitos coincidam.

"O presidente Sarney precisa de um ano de tranquilidade para administrar o País e acabar com a crise econômica. Por isso, as eleições para sua sucessão devem ficar para 1989", justificou Júlio Marcondes de Moura.

Além disso, na ânsia de emplacar os cinco anos de Sarney e assegurar mais um ano de mandato para os prefeitos, Marcondes de Moura despachará também telegramas aos 559 constituintes. Ao convocar prefeitos de todo o Brasil, Júlio Marcondes de Moura assina em nome dos 103 municípios congregados à Amcop, que somam mais de mil vereadores e cinco milhões de habitantes, com três milhões de eleitores. Apenas duas destas cidades — Bauri e Marília — têm mais de 100 mil habitantes, mas os dois prefeitos, Abelardo Camarinha (Marília) e José Angerami (Bauri) não apoiam a tese dos cinco anos e fecham com os quatro anos de mandato para Sarney.

PMDB baiano quer discutir reformulação

Salvador — Os presidentes dos diretórios regionais do PMDB vão se reunir em Salvador, no próximo dia 23, para abrir as discussões sobre a reformulação que o partido será obrigado a fazer em seu programa e em seu estatuto, tendo em vista a nova realidade política que se seguirá à promulgação da Constituição. A reunião foi anunciada ontem pelo presidente do PMDB baiano, deputado Genebaldo Correia.

Ele explicou que a promulgação da Constituição marcará o fim do processo de transição e implicará em mudanças na face do PMDB, que deverá buscar uma nova identidade ideológica, abandonando o caráter de frente que caracterizou sua ação ao longo do processo de resistência democrática.

quando este partido era de oposição.

A proposta de rompimento, entretanto, não constitui surpresa para o Presidente. Sarney sempre observa a alguns interlocutores que esta ala do partido vem fazendo oposição sistemática ao Governo, «esquecendo» qual o principal fator da vitória do PMDB nas eleições de 86.

Embora cético quanto ao resultado final, Sarney espera apenas um comportamento do grupo: que acatem também a decisão da Constituinte quanto à duração do mandato. Sarney está disposto a aceitar qualquer decisão da maioria e quer reciprocidade. Este comportamento, na avaliação de Sarney, é «indispensável» para a convivência democrática.

Cargos

Enquanto o Presidente aguarda o resultado da reunião que vai

decidir o rompimento, seus principais assessores são incisivos na avaliação: não haverá rompimento. Eles consideram que este rompimento deveria ser acompanhado com o abandono de cargos que se encontram nas mãos do partido, inclusive pessoas indicadas pelos Históricos e não acreditam que o partido se despoje das funções públicas ocupadas hoje.

«O rompimento afirma um dos assessores — é um processo formal. Ninguém rompe apenas nos discursos e nenhum partido no Brasil, desde que foi criada a República, renuncia a cargos em ano de eleições. Seria um fato histórico, além de ser um suicídio político com o qual o PMDB afastaria suas possibilidades de chegar ao Palácio do Planalto nas eleições».

Apesar disso nem os assessores, nem o Presidente apostam na decisão de rompimento formal.



Newton crê num entendimento com Moreira para apoiar 5 anos

Newton confia em nordestinos

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso afirmou ontem estar "convicto" de que os governadores dos estados do Norte e do Nordeste, com exceção de Alagoas, Bahia e Pernambuco, "apoiam" como eu, um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney", assinalando que, na reunião que pretende realizar no próximo dia 28, em Belo Horizonte, reunindo todos os mandatários do PMDB não tem intenção que "faça qualquer proselitismo quanto a este assunto". Salientou que a sua posição está formada — "pelos cinco anos" — e que, no encontro, ele, juntamente com Orestes Quêrcia e Moreira Franco "vamos nos entender".

Newton Cardoso explicou também que será o colegiado dos governadores estaduais "que vai decidir e dar a palavra final a respeito da polêmica da duração do mandato do presidente Sarney", possivelmente nesta reunião do dia 28. Disse que, mesmo sendo favorável aos

cinco anos, acatará "a posição da maioria, caso os quatro anos prevaleçam". Sobre a visita que o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, lhe fará hoje, à noite, no Palácio das Mangabeiras, o governador mineiro declarou que, nas conversas, "o tema mais importante será a necessidade de preservar a unidade do partido".

"Vou, sobretudo, chamar a atenção do doutor Ulysses para a necessidade de o PMDB ter uma proposta econômica, além de com ele também abordar os temas nacionais mais palpitantes", prosseguiu Newton Cardoso, frisando que, dentre estes, considera prioritários "o processo de aceleração da votação da nova Constituição e a pacificação interna peemedebista". Afirmou que o partido, em Minas Gerais, "está em paz e a dissidência existente não faz medo a ninguém. Mas, mesmo assim, é hora de acabar com estas briguinhas desagradáveis".

Miranda descarta quatro anos

O governador Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, que esteve em Brasília mantendo contatos com políticos de seu Estado e audiências com os ministros Aureliano Hugo, das Minas e Energia, e Hugo Napoleão, da Educação, reiterou sua posição favorável aos cinco anos para o Presidente da República, desautorizando, assim, as informações dos que o colocam a favor das eleições neste ano.

No entanto, conforme afirmou durante encontro com o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, na semana passada, explica o governador: "Existe por parte do povo brasileiro hoje uma solicitação de resposta imediata do Presidente a uma ação em favor do próprio povo para que ele admita o prosseguimento do mandato do atual Presidente. De forma que,

ouvindo as aspirações desse mesmo povo, entendemos que ele hoje reivindica uma eleição ainda este ano, se não ocorrer mudanças que o favoreça". — disse.

Marcelo Miranda afirmou que assinou o documento dos governadores do PMDB, no Rio, com o compromisso de cinco anos para o Presidente da República e continua com sua posição a favor desse compromisso.

O documento do Rio — diz — só poderia ter alguma mudança caso nós viessemos novamente fazer outra reunião de governadores assinando outro documento nesse sentido, o que eu não acredito que venha ocorrer, porque a posição é em termos não de pessoas, mas sim de cargo e o Presidente da República, hoje, tem um mandato de cinco anos e não de quatro" — concluiu o governador.

Moderados de hoje apoiavam diretas em 83

O deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP) desejava, em 1983, a realização de eleições presidenciais diretas, por maioria absoluta, em 1984. Com esse objetivo, Mendes propôs uma emenda constitucional, naquela ocasião, e até chegou a brigar com o presidente do Congresso, o ex-senador Moacir Dalla, porque este se negou a colocar em votação a emenda em causa, após ser rejeitada a proposta de diretas-já, do então deputado Dante de Oliveira, em abril de 1984.

Hoje, quatro anos depois, quando o problema do mandato do presidente José Sarney volta a debate, Teodoro Mendes é contrário à eleição presidencial em 1988 e defende o pleito apenas em 1989.

Juntamente com Mendes, cerca de trinta constituintes, engajados no chamado Centrão, também subscreveram a emenda do representante paulista mas agora são favoráveis às diretas somente em 1989.

Apoio

Estão nesse caso, entre outros, os deputados Cardoso Alves (PMDB-SP) um dos atuantes parlamentares do Centrão; Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) atual líder do Governo na Câmara; Heracleito Fortes (PMDB-PI), que ajudou o senador Edison Lobão (PFL-MA) a colher assinaturas de apoio à emenda pró-cinco anos do mandato de Sarney; Ricardo Fiúza (PFL-PE), coordenador do Centrão; o líder do PFL na Constituinte, José Lourenço; Marcos Lima (PMDB-MG), da linha ultraconservadora desse partido; Ailton Sandoval (PMDB-SP); Dasso Coimbra (PMDB-RJ), supervisor de votações do Centrão; Milton Reis (PMDB-MG), secretário-geral do partido, membro do Centrão e cujo nome chegou a ser cogitado para o Ministério Sarney; Gastone Righi (PTB-SP), líder desse partido na Constituinte, aliado ardoroso do Centrão; Simão Sessim (PFL-RJ); Nyder Barbosa (PMDB-ES), que reclamou, agora, das autoridades da Igreja, em seu Estado, porque é apontado por elas como constituinte do Centrão; Melo Freire (PMDB-MG); Paulo Mincaroni (PMDB-RS); Jorge Viana (PMDB-BA), ligado ao ministro Prisco Viana; Paulo Zarzur (PMDB-SP); Carlos Vinagre (PMDB-PA); Jorge Leite (PMDB-RJ) candidato derrotado à prefeitura do Rio; Samir Acha (PMDB-SP); Francisco Amaral (PMDB-SP); Dionísio Hage (PFL-MA); Edme Tavares (PFL-PB), e Osmar Leitão (PFL-RJ).

Posições

Entre os parlamentares que se manifestaram em favor das diretas em 84 estavam ainda o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), atual presidente do Congresso e hoje partidário dos cinco anos de mandato para Sarney; e os senadores Saldanha Derzi (PMDB-MT) e Alfredo Campos (ex-líder do PMDB no Senado), ambos defensores da realização de eleições presidenciais diretas apenas em 1989.

Também subscreveram a emenda das diretas em 84 e mudaram de ideia, nesses quatro anos, sendo hoje favoráveis à sucessão de Sarney apenas em 89, os ministros Aníbal Teixeira (Planejamento) e Borges da Silveira (titular da pasta da Saúde) bem assim os atuais governadores Epitácio Cafeteira (MA), Pedro Simon (RS), Alberto Silva (PI) e Hélio Gueiros (PA).

Padre Vieira

Sobre a mudança de pensamento desses ex-congressistas ou de muitos dos atuais constituintes, o senador Jamil Haddad (PSB-RJ), lembrou, com ironia, trecho de sermão do Padre Vieira sobre políticos, escrito há mais de 800 anos.

Teodoro afirma que não há contradição

O deputado Teodoro Mendes afirmou ontem que não há nenhuma contradição, entre a sua posição, em 1983, de defender eleições presidenciais diretas para o ano seguinte, e em sustentar agora um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ao justificar, ele lembra que ao final do Governo Figueiredo apresentou uma proposta contra o Colégio Eleitoral e a favor do pleito direto e "não pretendia cassar o mandato de Presidente algum, como estão querendo fazer com Sarney".

«Naquela ocasião, a minha proposta também não suprimia o mandato do presidente Figueiredo, mas previa que fossem realizadas eleições diretas para escolher o seu sucessor», explicou o deputado.

Quanto ao mandato do presidente Sarney, ele acrescentou que deve ser de cinco anos porque todas as Assembleias Legislativas estarão, este ano, empenhadas na elaboração das constituições e o Congresso Nacional estará empenhado na legislação complementar, além do que fixar o mandato em quatro anos seria usurpar um ano do seu Governo. «O mandato de Sarney foi fixado pela mesma Constituição que convocou a Assembleia Constituinte», comparou.